

TERCEIRO SETOR E INCLUSÃO SOCIAL: O CASO DA OSCIP NOVA ALIANÇA NO OESTE DO PARANÁ

Dione Terezinha Kniphoff*
Mirian Terezinha Nazzari**
Miguel Valcir de Oliveira***

Resumo: Com vistas à melhoria da qualidade de vida, esperam-se proporcionar o desenvolvimento aos internos da Associação Nova Aliança. Pretende-se ampliar os índices de desenvolvimento humano (IDH) e capital social na região oeste do Paraná e proporcionar aos internos a possibilidade de recuperação e inserção social. Busca-se fortalecer a organização de uma rede solidária no município de Cascavel e região, e diminuir os impactos negativos causados pela miséria e exclusão social. Para operacionalizar esse estudo, os dados serão coletados em institutos de pesquisa reconhecidos nos meios científicos, órgãos oficiais e na coleta de informações, por meio de instrumento aplicado por amostragem com os internos da ANA, que atende os municípios do oeste do Paraná. Pode se destacar neste estudo a necessidade que se tem de modificar as percepções e a leitura que os cascavelenses fazem da dependência química e do processo falência das estruturas familiares e sociais dela decorrente.

Palavras chave: terceiro setor; inclusão social; Oscip; ANA.

Abstract: With sights to the improvement of the quality of life, they expect to provide to the development to the interns of the Association New Alliance. It is intended to extend the indices of human development (IDH) and social capital in the region west of the Paraná and to provide to the interns the possibility of recovery and social insertion. One searches to fortify the organization of a solidier net in the city of Rattlesnake and region, and to diminish the negative impacts caused by the misery and social exclusion. For to make this study, the data will be collected in recognized institutions of research in the scientific ways, official agencies and in the collection of information, by means of instrument applied for sampling with the interns of ANA, who takes care of the

cities of the west of the Paraná. It can be distinguished in this study the necessity that if have to modify the perceptions and the reading that the cascavelenses make of the chemical dependence and the process bankruptcy of the familiar and social structures of decurrently it.

KEY-WORDS: third sector; social inclusion; Oscip; ANA.

1. INTRODUÇÃO

O final do século XX foi caracterizado por uma crise internacional que exprime as contradições de uma lógica liberal que, levada ao extremo, acentua a concentração de renda e a exclusão da grande maioria da população, delineando a ruptura com o modo de pensar o Estado e a sua relação com a sociedade civil.

Nesse contexto, as mudanças ocorridas no cenário do capitalismo mundial, na medida em que alteram o perfil do processo produtivo e do consumo, exigem dos países periféricos a abertura dos mercados, a formação de blocos econômicos e a redemocratização, para serem aceitos nos mercados mundiais. Na América Latina esta nova ordem mundial levou ao colapso o sistema social, gerando rupturas nas identidades coletivas tradicionais e estruturação de relações sociais para além das fronteiras locais e regionais (GIDDENS, 1990).

Portanto, o século XX aponta para ascensão e plena expansão do sistema capitalista mundial: o moderno sistema interestatal e ascensão da participação da sociedade civil, por meio de conceitos tais com: responsabilidade social e capital social, na perspectiva de que a saída para as mazelas deixadas pelo capitalismo excludente podem ser amenizadas com a ampliação da participação da sociedade civil em atividades voluntárias. Neste sentido, observam-se o fortalecimento dos conselhos, associações, ONGs e OSCIP, que passam a ter responsabilidade sobre as questões sociais, antes pertencentes somente ao Estado.

O impacto das transformações oriundas do processo de globalização no Brasil gera a vulnerabilidade da economia, a fragmentação do tecido social, a exclusão e o desemprego e amplia a necessidade de construir redes de envolvimento coletivo para sanar estes graves problemas sociais.

Inserido nesta ótica o terceiro setor, conquista seu espaço gradativamente no Brasil, tal como ocorreu nos países desenvolvidos, em que 50% das ações sociais e ambientais são executadas pelas ONGs. Assim, o problema central deste estudo consiste em verificar o alcance das atividades do terceiro setor em relação à inclusão social de pessoas em situação de risco, neste caso, as atividades da Associação Assistencial e Educacional Nova Aliança ANA com dependentes químicos e suas famílias. Enfatizando a atuação da OSCIP – ANA no oeste do Paraná, estabeleceu-se referencial teórico relacionado aos conceitos de inclusão social, terceiro setor e sustentabilidade.

No entanto, sabe-se da dificuldade que persiste ao tentar se trabalhar com grupos e famílias

em situação de risco, principalmente relacionadas à dependência química das drogas e do álcool. Além da discriminação latente da sociedade, a maioria possui crenças e valores degradantes, que passam para seus filhos, criando um círculo vicioso perverso. A maioria das famílias passa a morar na rua, em situação de indigência, expostos a todo tipo de mazelas e violências. Nesta direção, observou-se que não basta tratar o dependente químico, mas sim o foco deve estar na família, somente assim, pode-se contribuir para romper a rede perversa de exclusão social que os acompanha por gerações. Necessita-se de envolvimento comunitário, empresários, voluntários, instituições públicas e privadas e uma boa dose de capital social.

[...] A valorização da cultura local e a educação poderiam contribuir para promover nos cidadãos índices favoráveis de capital social. As principais variáveis do capital social são: confiança, cooperação e a participação política dos cidadãos, que colaboram para incrementar políticas públicas a fim de que estas se tornem eficazes para o desenvolvimento das comunidades (NAZZARI, 2003, p. 41).

Índices positivos de capital social podem colaborar para a inclusão das classes sociais em situação de risco. Neste sentido, Nazzari (2003, p. 45) destaca que,

Em comum, os estudos sobre o tema pressupõem a integração das esferas política, econômica e social. Advogam que as relações sociais influenciam e são influenciadas por mercados e estados. E apontam para a necessidade de fortalecer relações sociais entre atores, tornando-as estáveis e confiáveis, via: aumento da eficácia política individual; empoderamento dos cidadãos; e cooperação sistêmica, ampliada para as classes historicamente excluídas.

Considerando-se a problemática anterior e tendo em vista a urgência de projetos na área de inclusão social, procurou-se fazer um diagnóstico dos internos da ANA, para propor no futuro iniciativas de apoio a estes grupos e suas famílias, foram realizadas pesquisas qualitativas e quantitativas, como se descreve a seguir.

A existência de lacunas nas ciências sociais no que compete ao tema de exclusão social dos dependentes químicos que justificam a realização de estudos que visem buscar alternativas para promover a melhora da qualidade de vida, desenvolvimento humano e social destas pessoas.

Daí a importância de investigar a situação atual da questão na região oeste do Paraná, para romper com a recorrência da dependência que gera o isolamento da vida pública e social e compromete o empoderamento das pessoas em situação de risco e construção da democracia no Brasil.

Assim o objetivo geral deste estudo é de examinar o alcance das atividades da ANA na região oeste do Paraná. XXI. Os objetivos específicos são:

- * Caracterizar o perfil dos internos da ANA;
- * Fazer um diagnóstico sobre a eficácia dos tratamentos de dependência química;
- * Propor alternativas para contribuir com a solução da questão.

A partir dos objetivos propostos, o estudo ora apresentado busca entender as implicações das políticas inclusão social com dependentes químicos e suas famílias. Enfatizando as desigualdades sociais, a concentração da renda como obstáculo para o empoderamento das pessoas,

estabeleceu-se referencial teórico relacionado a dependência química, família, terceiro setor, o que permitiu a análise qualitativa dos dados de pesquisas de cunho estatístico de instituições reconhecidas nos meios científicos.

Tendo como pano de fundo o cenário e os efeitos da globalização sobre os comportamentos dos cidadãos brasileiros, o estudo pauta-se na perspectiva de que para auxiliar na recuperação de dependente químico faz-se necessário resgatar sua dignidade e de sua família por meio da promoção do emprego e renda. Sabe-se que, além da recuperação da auto-estima e promoção de sentimentos de cooperação entre eles, as ONGs podem acelerar o desenvolvimento humano, social e sustentável na região oeste do Paraná por meio de projetos de qualificação das famílias, tais como: artesanato, inclusão digital, entre outros.

Assim, destaca-se a importância de ampliar a qualidade de vida das pessoas excluídas do processo produtivo, por diversos fatores: desemprego, alcoolismo, drogatização ampliando a qualidade de vida e inclusão social, também na qualificação profissional, o que, por sua vez, colabora para a inclusão no mercado de trabalho, e gera emprego e renda.

A promoção de níveis maiores de confiança, solidariedade e cooperação no oeste do Paraná poderiam permitir o incremento de redes de trabalho e de organizações associativas, como as que são típicas dos países desenvolvidos.

2. METODOLOGIA:

Para operacionalizar esse estudo, os dados serão coletados em institutos de pesquisa reconhecidos nos meios científicos, órgãos oficiais e na coleta de informações, por meio de instrumento aplicado por amostragem com os internos da ANA, que atende vários municípios do oeste do Paraná.

Tendo em vista os objetivos propostos, definiu-se como variável contextual à globalização, como variável independente a atuação do terceiro setor nas políticas de inclusão social com dependentes químicos e suas famílias, cooperação sistêmica e desenvolvimento humano; como variável dependente o número de beneficiados com os Projetos da ANA, bem como, novas propostas que incluam as famílias, mulheres, jovens e crianças.

Como variável interveniente, pode se destacar neste estudo a necessidade que se tem de modificar as percepções e a leitura que os cascavelenses fazem da dependência química e do processo falência das estruturas familiar e social delas decorrentes.

Assim, a reflexão crítica será encaminhada em duas estratégias principais, com procedimentos qualitativos e quantitativos. Inicialmente procura-se caracterizar a evolução do terceiro setor e especificamente da OSCIP/ANA na região oeste do Paraná. Posteriormente, a técnica metodológica de levantamento de dados de opinião ou *survey* usuais nos estudos de dependência química e situação de risco social. Assim, utilizou-se do questionário ou entrevista das fichas dos

internos para se dados para testar hipóteses e elaborar teorias. Neste sentido, a pesquisa deverá colaborar para se verificar a hipótese da necessidade de se assistir as famílias dos dependentes, pois sem isto, o período de internamento será em vão, pois quando retornam para suas casas encontram o mesmo círculo vicioso de pobreza, isolamento, violência e dependência química.

No plano empírico faz-se um levantamento do número de pessoas beneficiadas pela ANA. Utiliza-se também de estratégia *survey* para verificar os índices de recuperação pelo sistema tradicional de isolamento do dependente. Para tal, foi elaborada uma amostra com intervalo de 10 do total dos internos fixados na ANA, casa de apoio e chácara terapêutica. Foram selecionadas 23 fichas (Total 226) para o ano de 2004, 20 (total 206) para o ano de 2005 (considerando até outubro); 5 (total 32) para o ano de 2001; 7 (total 59) para 2002 e 5 (total 54) para 2003. Somando-se 60 fichas de entrevistas avaliadas entre as 351 internações e passagens pela Associação, ou seja, foram avaliados 17,0% do total de entrevistas. Divulgados estes resultados posteriormente se destaca os elementos para a construção de nova proposta, envolvendo as famílias da região oeste do Paraná, inicialmente 20 famílias, em média com 4 filhos cada. Diante do exposto, faz-se mister entender a participação do terceiro setor na inclusão social no Brasil, para posteriormente caracterizar as atividades da ANA.

3. TERCEIRO SETOR

Com a mudança do papel do Estado e sua fragilidade em atender as demandas sociais, por prestação de serviços públicos, amplia-se a necessidade de alternativas para atender as comunidades. O terceiro setor atua nas mais diversas áreas, tendo como princípio norteador a ampliação da responsabilidade da sociedade civil organizada em associações, conselhos e organizações não governamentais. Busca-se ampliar as parcerias entre o Estado e a iniciativa privada, sem perder de vista o papel central do Estado moderno.

O que se verifica é a transferência de atribuições antes exercidas diretamente pelo Estado, para execução, de forma indireta, pela iniciativa privada. Vale dizer que, este modelo não significa o retorno às convicções liberais, porque ao contrário da fase do liberalismo, o Estado ao transferir a execução de certos serviços a particulares, não abdica, e nem pode abdicar, do controle e da regulação.

[...] Esta realidade promoveu a busca e adoção de institutos jurídicos de atuação compartilhada entre o Estado e a iniciativa privada, como a da execução indireta dos serviços públicos, também conhecida como “terceirização”, por meio do qual se busca a prestação do serviço público pelo modo mais econômico, resguardando sempre o atendimento do interesse público. [...] O caráter de colaboração entre o Estado e o particular exige a existência de mecanismos garantidores dos direitos entre o tomador do serviço e o prestador, assim também da sociedade, seu fim último (MACHADO e GARCIA, 2005, p. 27).

A nova proposta inclui a prestação de serviços públicos pelos particulares, componentes do terceiro setor: associações, ONGs e OSCIPs. Este novo enfoque retira o foco central do Estado e passa para a sociedade civil, como co-responsável pelas políticas sociais, surge os conceitos em voga: capital social, redes, cooperação sistêmica e responsabilidade social. Ao Estado cabe além de executar o papel que lhe cabe, assegurar que as atribuições destinadas às organizações privadas sejam efetuadas de forma menos onerosa e promovendo a otimização das políticas públicas a serviço do interesse coletivo. Assim, segundo Machado e Garcia (2005, p. 29)

[...] dentre tantas possibilidades à disposição no universo jurídico, o estabelecimento de Termos de Parceria com Organizações da Sociedade Civil Declaradas de Interesse Público – OSCIP se mostra adequado às novas conformações das relações jurídicas estabelecidas entre a Administração Pública e os particulares. E, que, de fato, está apto a constituir um instrumento capaz de contribuir na solução de conflitos oriundos da execução indireta do serviço público.

O marco legal do terceiro setor é a lei 9.790/99. A União, possibilitou pelo decreto N.º 100/99, a perspectiva das organizações poderem atuar regularmente como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, como “Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, objetivando pelo estabelecimento de um termo de parceria (artigo 9.º, da Lei n.º 9.790/99)”, segundo Machado e Garcia (2005, p. 30).

A dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins, previstas nos incisos I a XII, do artigo 3.º, da Lei Federal n.º 9.790/99..

Assim a lei do terceiro setor, que cria as OSCIP's, dispondo, no seu ato regulamentado (Decreto 3.100/99), disponibiliza os requisitos necessários para que entidades privadas possam celebrar Termos de Parcerias com o Poder Público. Assim, Machado e Garcia (2005, p.34) observam que,

Em outras palavras, a OSCIP caracteriza-se como uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, organizada sob a forma de associação ou fundação que, em virtude da sua finalidade institucional. Recebeu do Poder Público, no caso o Ministério da Justiça, uma qualificação especial, que a torna apta a celebrar o Termo de Parceria, pelo qual recebe recursos públicos (ou privados) para o desenvolvimento de suas atividades de interesse público, sem desnaturar o seu caráter de gestão privada.

Pode destacar que até a vigência da Lei Federal N.º 9.790/99 “[...] as entidades da sociedade civil, assim compreendidas as Organizações Sociais (OS) e as Organizações Não-Governamentais (ONG's)”, se caracterizavam pelas regras legislativas da Lei Federal n.º 9.637/98 para a realização de,

[...] contrato de gestão com o Poder Público, podendo receber bens públicos e recursos financeiros, com vistas a atingir metas e resultados no desenvolvimento de atividades dirigidas às áreas de

ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e institucional, proteção e preservação do meio ambiente, defesa do consumidor, cidadania, cultura e saúde. [...] O modelo das OSCIP's foi a solução encontrada pelo Ministério da Saúde, o Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Saúde, o Conselho Nacional de Secretários Municipais da Saúde e a Procuradoria Geral do Trabalho como a melhor forma jurídica para a contratação indireta dos Agentes Comunitários da Saúde (MACHADO e GARCIA, 2005, p. 40).

O apoio jurídico da OSCIP encontra-se traçado na Lei Federal N.º 9.790/99, Decreto n.º 3.100, de 30 de junho de 1999. O artigo 3.º elenca as áreas de atuação das entidades que podem receber a denominação de OSCIP, como se destaca na Figura 01, a seguir:

Figura 1 - Atividade Principal das ONGs

<i>Atividade Principal</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
<i>Cultura e Recreação</i>	25	11%
<i>Educação e Pesquisa</i>	59	25%
<i>Saúde</i>	25	11%
<i>Assistência e Promoção Social</i>	43	18%
<i>Meio Ambiente</i>	10	4%
<i>Desenvolvimento Comunitário, Social e Econômico - Moradia</i>	43	18%
<i>Serviços Legais, Defesa de Direitos Cívicos e Organizações Políticas.</i>	7	3%
<i>Intermediárias Filantrópicas e de Promoção de Ações Voluntárias</i>	8	3%
<i>Atividades Internacionais</i>	1	0%
<i>Religião</i>	8	3%
<i>Associações Profissionais, de Classes e Sindicatos.</i>	5	2%
<i>Não Informada</i>	16	6%
<i>Total</i>	2250	100%

Fonte: LOPES (2006)

As atividades principais das ONGs são na área da educação, assistência social, desenvolvimento comunitário e saúde, em de 71% das organizações cadastradas. “As organizações do terceiro setor são apoiadas em seu trabalho por um grande contingente de colaboradores voluntários e, em seus orçamentos, normalmente não constam os valores recebidos em espécie” (LOPES, 2006, p. 3).

Os voluntários representam 57% do total de colaboradores. Entre os colaboradores, 70% é do sexo feminino. Este percentual de distribuição por sexo cai para 49% quando se considera o principal executivo da organização. Quanto ao grau de instrução, 33% possui formação universitária e 45% formação de segundo grau (LOPES, 2006, p. 3).

Contribuem nas atividades das ONGs os colaboradores, funcionários, comissionados, prestadores de serviços, voluntários e estagiários. No artigo 2.º, *verbis* que regulamenta as ONGs, tem-se categorias que não se enquadram como OSCIPs tais como: as sociedades comerciais; os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional; as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais; as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações; as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados

ou sócios; as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e semelhantes; as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras; as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras; as organizações sociais; as cooperativas; as fundações públicas; as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas; as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Nesta direção, para Machado e Garcia (2005, p. 42-3), a forma de execução indireta do serviço público indicada pela OSCIP não deve ser confundida com entidade que presta serviços para a Administração Pública, seja como contratada ou mesmo conveniada. “Para a execução do Termo de Parceria não se cogita de cessão ou intermediação de mão-de-obra, mas sim de uma “parceria” para a implantação conjunta de programas e projetos com metas, responsabilidades e formas de avaliação, arrolados no respectivo termo de parceria “[...] o termo de parceria é o passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como OSCIP, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes no art. 9.º, da Lei n.º 9.790/99”. Neste sentido o entanto não transfere a responsabilidade com a gestão pública, o que ocorre são formas de complementar, de supervisionar e acompanhar a boa governança, e o desempenho institucional do serviço de qualidade. Sabe-se, porém, que a maior parte da legislação aplicada,

[...] ao terceiro setor que precede a Lei 9.790/99 é bastante complexa e, às vezes, inadequada e até obsoleta, pois na sua maior parte foi elaborada numa época em que o perfil do setor em praticamente nada se assemelhava à sua realidade atual. Tal legislação não abarca fenômenos novos decorrentes da própria evolução da sociedade e do crescimento da ação pública social no País, nem favorece as relações de parceria entre órgãos públicos e organizações da sociedade civil, já que há enorme dificuldade para se ter, efetivamente, acesso aos recursos públicos.[...] Em relação aos incentivos fiscais, segundo legislação tributária em vigor, as entidades sem fins lucrativos têm isenção do Imposto de Renda, independentemente de qualquer qualificação, desde que não remunerem seus dirigentes (Lei 9.532/97). Quanto às OSCIP's, ainda não foi criada nenhuma vantagem fiscal específica, que poderá vir a existir dependendo dos avanços no processo de mudança das leis que regem as relações entre o setor público e o Terceiro Setor. [...] Já as entidades que possuem o Certificado de Fins Filantrópicos, a Declaração de Utilidade Pública Federal e Estadual ou Municipal estão isentas da parte patronal da Contribuição para a Seguridade Social – contribuição para o INSS (Constituição Federal, artigo 195, § 7º, e Lei n.º 8.212/91), dentre outros benefícios. Se tais entidades são de assistência social ou de educação são consideradas imunes dos impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, conforme art. 150, inciso VI, “c”, da Constituição Federal (MACHADO e GARCIA, 2005, p. 51).

Em suma, o terceiro setor é composto de organizações sem fins lucrativos (OSCIP) criadas e mantidas de forma voluntária, com práticas de solidariedade, caridade, filantropia e do mecenato, entre outros. Pode contribuir na promoção da cidadania e no resgate social. As OSCIP's são voltadas para o interesse público, deve ser certificada pelo Ministério da Justiça e pode celebrar contratos de parcerias com a União, Estados e municípios. Inserida nesta ótica a OSCIP/ANA busca a melhoria da qualidade de vida, espera-se proporcionar o desenvolvimento sustentável na região oeste do Paraná, para tal atende o Programa de Inclusão social, pontualmente o projeto de

recuperação para dependentes químicos e suas famílias, para tal conta no momento atual com a parceria com a Prefeitura Municipal de Cascavel.

Seu objetivo principal é ampliar os índices de desenvolvimento humano (IDH) no município de Cascavel e proporcionar aos internos a possibilidade de recuperação e inserção social. Ampliar o espaço e tempo para qualificação dos internos para o mercado de trabalho. Além de fortalecer a organização de uma rede solidária no município de Cascavel e região, e diminuir os impactos negativos causados pela miséria e exclusão social. As estratégias econômicas que envolvem idéias e projetos que possam ser auto-sustentáveis para os internos e suas famílias. Assim, por meio de trabalho digno, qualificação profissional e socialização para a cidadania, a organização acredita estar contribuindo estratégias em atividades organizativas por meio da mediação de seus funcionários, voluntários e estagiários. Busca implementar a promoção da qualidade de vida dos beneficiários bem como dar apoio a outras redes de solidariedade que vise à inclusão social na região oeste do Paraná.

4. CARACTERIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NOVA ALIANÇA - ANA

Inicialmente a Associação Educacional e Assistencial Nova Aliança também designada Associação Nova Aliança, foi criada oficialmente em 27 de novembro de 2001, em Assembléia Geral, visando formalizar suas atividades que estavam sendo executadas desde o início de 1999, na residência do casal Miguel Valcir de Oliveira e Dione Terezinha Kniphoff, e que foram os idealizadores da instituição.

É uma organização não governamental que tem por objetivo principal o de atender cidadãos carentes que sejam tóxico-dependentes, oferecendo amparo e tratamento aos vícios e doenças ocasionadas pelo uso abusivo de substâncias psico-ativas, visando sua recuperação e integração na sociedade. Conta com doações da comunidade de Cascavel. Sua missão é dar apoio para as pessoas que estão à margem da sociedade, propiciando local para descanso, higiene e alimentação, além de disponibilizar espaço e tempo para qualificação para o mercado de trabalho.

O grupo já conta com dois coordenadores permanentes, e os internos produzem por meio do labor terapia os alimentos para o interno. Esperam-se proporcionar aos internos a melhoria da qualidade de vida, e dar apoio às pessoas que estão à margem da sociedade por meio do apoio material, psicológico e ruptura com as crenças e valores internalizados por eles até então, nesta direção proporciona oportunidade para aqueles que sempre viveram a margem do processo social. Com este intuito fez-se um diagnóstico e caracterização dos grupos incluídos no Programa de inclusão social da ANA.

5. DIAGNÓSTICO DOS INTERNOS DA ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E EDUCACIONAL NOVA ALIANÇA - ANA

O diagnóstico que se apresenta pode ser destacado da seguinte forma. São os internos na maioria jovens em situação de vulnerabilidade de saúde, socioeconômica e cultural. A maioria é desempregada, e com sérios problemas de auto-estima, saúde mental e envolvimento em questões judiciais. Na maioria dos casos não mantêm contato com a família, ou seja, a família desistiu de investir na sua recuperação. Neste sentido, sabe-se que as famílias sofrem impacto emocional sério, e também deveriam passar por um tratamento, pois, as famílias adoecem junto com os pacientes. Observa-se que, a maioria dos internos nasceu antes de 1974, portanto tem uma faixa etária superior a 32 anos, como destaca a Figura 2 a seguir:

Figura 2 – Faixa Etária dos Internos da Nova Aliança

<i>Ano de Nascimento</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Percentual (%)</i>
<i>Entre 1984-2005</i>	<i>4</i>	<i>6,7</i>
<i>Entre 1975-1983</i>	<i>17</i>	<i>28,3</i>
<i>Abaixo de 1974</i>	<i>39</i>	<i>65,0</i>

Fonte: Dados da investigação dos autores (2005).

Portanto, a maioria, ou seja, 65% são adultos, os que nasceram entre 1975 a 1983 portanto, tem de 31 a 23 anos (28,3%), enquanto os que nasceram entre 1984 e 2005 somam-se 6,7%, estes últimos vêm indicados pelo conselho tutelar, por ordem judicial. Os mais velhos têm problemas com o alcoolismo e os mais jovens são geralmente usuários de substâncias ilícitas. Paralelamente a este dado, observou-se que, segundo um estudo realizado no Brasil e publicado no “Jornal da Tarde, 24,7% dos jovens entre 10 e 17 anos já experimentaram algum tipo de droga” citado em (ADROGA, 2006, p. 2).

Em relação à faixa de escolaridade pode-se observar a dificuldade dos usuários de ascenderem aos níveis superiores de qualificação profissional. Entre as entrevistas, observou-se que 11% são de analfabetos; 48% possuem o primeiro grau incompleto; 25% o primeiro grau completo; 8,3 possuem segundo grau incompleto; 3,3% segundo grau completo e 3,3% superior incompleto. Destaca-se que a convivência com a dependência química é um forte obstáculo para a atuação profissional e escolarização das pessoas.

Outra variável importante é o estado civil dos internos, pois na maioria das vezes as famílias ficam desestruturadas pelo uso da droga e do álcool e os entrevistados acabam por ser abandonados por suas famílias. Entre os internos 51% são solteiros, 25% são casados, 18,3% desquitados e 5% amasiados e outros.

Um elemento que merece destaque é a religião, nesta direção pode-se observar que 80% são católicos, 10% evangélicos, outras e não têm somam-se 9,9%. A religião é um ingrediente importante na recuperação, pois enfatiza o acolhimento dos excluídos pelo preconceito social e pela sociedade e pelo mercado, além de desencadear um processo de renovação e auto-estima dos internos da Associação.

Quanto a sua procedência dos internos é importante destacar, que a associação acolhe também moradores de rua em situação de vulnerabilidade social, como se observa na Figura 3 a seguir:

Figura 3 – Procedência dos internos da ANA

<i>Procedência</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Percentual (%)</i>
<i>Casa da Família</i>	<i>33</i>	<i>55,0</i>
<i>Rua</i>	<i>13</i>	<i>21,6</i>
<i>Abrigo</i>	<i>10</i>	<i>16,6</i>
<i>NS/NR</i>	<i>04</i>	<i>6,8</i>

Fonte: Dados da investigação dos autores (2005).

Pode-se observar que a maioria 55% sai da casa da família, mas um número igualmente expressivo 21,6% vem da rua, enquanto 16,6% vieram de abrigos e 6,6% não responderam. Ou seja, 45% dos internos são moradores de rua ou moram de favor na casa de parentes ou amigos. A maioria (40%) deles veio encaminhada pelos órgãos da saúde, 33,3% procuraram ajuda voluntariamente e 26,6% omitiram a informação.

A maioria 46,6% possui residência própria, 6,6% moravam em casa alugada, 1,6% emprestada, 16,6% outras e 28,3% não informaram. Acredita-se que estes últimos são moradores de rua em situação de risco social, pois, quando perguntados se moram com a família, 40% responderam que sim, 33,3% que não e 26,6% não informaram. Entre eles 56,6% mantêm contato com a família e 43,3% não.

Tendo em vista estas variáveis, pode-se traçar o perfil socioeconômico dos internos da ANA, a partir de agora se verifica questões relacionadas à dependência química.

6. PERFIL DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA DOS INTERNOS DA ANA

Como se destacou no referencial teórico são as variáveis: biológica, social, econômica, cultural e psicológica, que incidem sobre o uso de substâncias químicas. Nesta direção questionou-se sobre o tipo de droga usada pelos internos, como se destaca na Figura 6 a seguir:

Figura 4 – Tipo de droga usada

<i>Tipo de droga</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Percentual (%)</i>
<i>Álcool</i>	<i>52</i>	<i>86,6</i>
<i>Drogas</i>	<i>27</i>	<i>45,0</i>
<i>Cigarro</i>	<i>37</i>	<i>61,6</i>
<i>Drogas e cigarro</i>	<i>15</i>	<i>25,0</i>
<i>Drogas e Álcool</i>	<i>5</i>	<i>8,3</i>
<i>Álcool e cigarro</i>	<i>19</i>	<i>31,6</i>
<i>Drogas, cigarro e álcool.</i>	<i>3</i>	<i>5,0</i>

Fonte: Dados da investigação dos autores (2005).

O álcool aparece como substância mais usada pelos internos com 86,6%, drogas 45%, cigarro 61,6%, os percentuais contam aqueles que usam mais de uma destas substâncias. Entre os entrevistados 68,3% passou por algum tipo de tratamento, 31,6% colocaram que é a primeira tentativa de recuperação. Dos entrevistados 65% já passaram por internações em clínicas e casas terapêuticas, 35% não passou por nenhum tipo de internação.

Sabe-se que os índices de recuperação relativos a drogatização e ao alcoolismo são baixos, em pesquisas realizadas em nível internacional e nacional, pode-se observar que a recuperação muitas vezes não ultrapassa o índice de 20 %, em clínicas de tratamento nos hospitais-dia é de apenas 10% (SENAD, 2006, p. 3). Nesta direção observou-se na Figura 5, que a ANA tem cumprido o seu papel, como se destaca a seguir:

Figura 5 – Índices de recuperação entre os internos da ANA

<i>Destino</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Percentual (%)</i>
<i>Alta Terapêutica</i>	<i>01</i>	<i>1,7</i>
<i>Alta Administrativa</i>	<i>06</i>	<i>10,0</i>
<i>Expulso</i>	<i>04</i>	<i>6,6</i>
<i>Morreu</i>	<i>01</i>	<i>1,7</i>
<i>Desistência</i>	<i>26</i>	<i>43,3</i>
<i>Mandado Judicial</i>	<i>01</i>	<i>1,7</i>
<i>Indisciplina</i>	<i>01</i>	<i>1,7</i>
<i>Continua Interno</i>	<i>04</i>	<i>6,7</i>
<i>Sem informações</i>	<i>05</i>	<i>8,3</i>
<i>Recuperado</i>	<i>11</i>	<i>18,3</i>

Fonte: Dados da investigação dos autores (2005).

Entre os que receberam alta terapêutica pode-se destacar 1,7%, alta administrativa 10%, expulso 6,6%, 1,7% morreram, 43,3% desistiram do tratamento, 1,7% teve que sair para cumprir mandato judicial, 1,7% indisciplina, 6,7% continua em tratamento, 8,3% não se tem informação e 18,3% foram considerados recuperados. Estes dados não variam muito das pesquisas em nível nacional e internacional. Mesmo considerando, que a associação atende moradores de rua, que não possuem apoio de familiares e profissionais, depois do internamento.

5. CONCLUSÃO

É fundamental considerar o terceiro setor como um novo modelo político socioeconômico de inclusão social e de combate à pobreza. Assim, o terceiro setor é ao lado do Estado e do setor privado, um dos pilares da sociedade moderna. A nova estrutura tri-setorial da sociedade exige repensar a natureza de nossa economia, do setor privado e do Estado tomando-se em conta os valores de solidariedade, justiça e igualdade que fundamentam o terceiro setor (LOPES, 2006, p. 3).

Apesar da ascensão da participação do terceiro setor em nível internacional, no Brasil, ainda é incipiente sua participação nos programas sociais. Além disso, faltam informações estatísticas a seu respeito, tanto do ponto de vista econômico como social.

A reestruturação da legislação do terceiro setor, feita em conjunto com a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD, 2006) e pelo Conselho da Comunidade Solidária está conquistando um espaço importante. Tal como a Lei 9.790/99 que abre o termo de parceria para atuação social pública e privada. Apesar das conquistas, pode-se dizer que é incipiente a valorização da atuação das ONGs no Brasil.

No entanto, algumas instituições insistem em atuar junto aos excluídos, apesar de todos os obstáculos existentes. A adaptação de novas metodologias e as parcerias com a sociedade civil, Estado e empresas é fundamental para o sucesso de qualquer projeto que vise a inclusão social.

Tendo como base o diagnóstico detectado pelo método até então empregado pela ANA, de internamento semi-aberto, busca-se alternativas e novas metodologias para aperfeiçoar a eficiência no tratamento da drogatização e alcoolismo no oeste do Paraná. Sabe-se que não é uma tarefa fácil, mas tem-se a certeza que algumas tentativas são importantes para a inclusão dos usuários e de suas famílias na comunidade.

Nesta perspectiva pretende-se ampliar os índices de desenvolvimento humano (IDH) e redes de capital social na região oeste do Paraná e proporcionar aos internos a possibilidade de recuperação e inserção social. Ampliar o espaço e tempo de recuperação para qualificação destes no mercado de trabalho. Além de fortalecer a organização de uma rede solidária, e diminuir os impactos negativos causados pelos vícios, preconceitos, miséria e exclusão social.

6. NOTAS

* Secretaria da Ação Social do município de Cascavel em 2006. Destaca-se seu trabalho com saúde mental e assistência às populações de baixa renda. E-mail: kniphoff@hotmail.com

** Acadêmica de Administração da UNIPAN. E-mail: miriantn@hotmail.com

*** Presidente da Associação Educacional e Assistencial Nova Aliança. Rua, Presidente Bernardes 3073, Centro. Fone: 3035-3071 Fax: 3035-4946. CEP: 85.810-130 . E-mail: novaalianca@oi.com.br

7. REFERÊNCIAS:

ADROGA. **Drogas e álcool, efeitos dos químicos na recuperação e tratamento**. Disponível em: <www.adroga.casadia.org>. Acesso; 30 fev. 2006.

GIDDENS, Anthony. **The consequences of modernity**. Stanford. Stanford University Press, 1990.

LOPES, Ofélia. Mapa do terceiro setor. In: **Censo do terceiro Setor**. Disponível em: <www.codel.londrina.gov.br>. Acesso em; 02 fev. de 2006.

MACHADO Kenedy e GARCIA, Elias. A execução indireta do serviço público no contexto do estado moderno e o marco legal do terceiro setor. In: **Revista Ciências sociais em perspectiva**. Cascavel: Edunioeste. V 4, N.º 6, 1.º sem. 2005.

NAZZARI, Rosana Katia. Capital Social, cultura e socialização Política: A Juventude Brasileira. Porto Alegre, 2003. **Tese de doutorado em Ciência Política**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SENAD. Secretaria nacional Antidrogas. **Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas – OBID**. Disponível em: <www.senad.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2006.